

Resumo do livro “Capital e ideologia”, do autor Thomas Piketty¹

Rafael Tavares Requeijo²
Águida Cristina Santos Almeida³

Introdução

No livro, Uma história de desigualdade, o autor Pedro de Souza, trata sobre as diferentes teorias que foram consolidadas nos distintos períodos da história que abordaram a temática da desigualdade, e posteriormente elabora um levantamento de dados sobre a concentração dos mais ricos e estabelece comparações com os dados de outras economias, assim evidenciando que a desigualdade é explicada por muitos fatores, mas deixa claro que a colonização e os períodos de governos ditatoriais (principalmente nas economias de industrialização tardia) foram os maiores gatilhos para os cenários de grande aumento de concentração.

Thomas Piketty em sua obra, Capital e ideologia, também traz uma análise sobre a desigualdade pela perspectiva histórica, contudo, ao invés de se manter nas teorias, o autor realiza uma vasta pesquisa documental com o intuito de retratar as estruturas desigualitárias e as ideologias/construções sociais que são usadas como mecanismos de justificar (também aquelas que perpetuam a desigualdade e as que fazem aparentar que vivemos na meritocracia) a desigualdade, retratando uma gama variada de regiões e épocas, assim englobando diferentes experiências e as bifurcações que foram sendo criadas conforme o passar do tempo, até chegar ao período mais atual no qual o autor se refere como o momento do hipercapitalismo.

Do resumo

O texto de Piketty já apresenta alguns conceitos básicos que ele utilizará em grande parte da obra, como a definição de ideologia (que na sua leitura utiliza a perspectiva mais

¹Resumo escrito em janeiro de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: rafaelrequeijo18@gmail.com.

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

positiva da palavra): “Uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente amplas envolvendo a organização desejável ou ideal da sociedade” (Piketty, 2020, p. 13) e o de regimes desigulitários: “Um regime desigualitário caracteriza-se por um conjunto de discursos e dispositivos institucionais que visam justificar e estruturar as desigualdades econômicas, sociais e políticas de uma determinada sociedade” (Piketty, 2020, p. 14).

Após isso o autor já inicia sua linha cronológica, ao começar sua apresentação sobre as sociedades ternárias/trifuncionais, que podem ser entendidas como os exemplos mais antigos de regimes desigualitários. Tal estrutura é aquela que apresenta a separação da sociedade entre três estratos, são eles: clero; nobreza (responsável pela segurança) e o terceiro estado (plebe, responsável pela agricultura e demais afazeres), desse modo para resguardar essa organização havia o uso da ideologia que era vendida pela classe clerical (que era responsável pelas atividades intelectuais). De acordo com essa ideologia, a ordem seria mantida enquanto cada classe operasse seus deveres, assim corroborando para o bem-estar de todos, era exatamente a filosofia cristã, a qual se consolidou mesmo antes da constituição dos Estados centralizados.

Nessas estruturas o direito de propriedade e as funções de soberania estavam misturadas nas relações de poder em nível local, as quais eram concentradas entre a nobreza e o clero. Na maioria dos casos o direito da propriedade era atrelado aos elementos de dominação, como garantia da ordem, poder policial e militar. Piketty aponta que esse modelo de sociedade foi muito adaptado para a formação de Estados, tendo em vista que em alguns países a estrutura trifuncional ainda se mantém até os dias atuais. O intrigante é que segundo o autor as sociedades ternárias eram bem menos desiguais do que os cenários socioeconômicos atuais.

No texto, Piketty apresenta em alguns blocos que as definições de riqueza e propriedade não vieram junto com o capitalismo, mas sim muito antes, com a igreja cristã, quando estabeleceu normas relacionadas com a propriedade, que daria resultado aos dogmas cristãos, que regiam a ideologia trifuncional. Antes disso o cristianismo era bem mais avesso ao que consideravam por propriedade, no entanto, isso é alterado quando as famílias romanas que detinham grande parte dos recursos começam a adotar a religião para si. Com isso, concediam apoio aos altos cargos da igreja, de forma que as instituições eclesiásticas foram se consolidando como uma instituição que detinha grandes montantes de riquezas, ao decorrer dos séculos.

Posteriormente, esse pensamento é reformulado, nos séculos XI a XV, para se adequar ao contexto de maior mercantilização. É nessa modificação que se criam noções capitalistas modernas, como a proteção jurídica, o desenvolvimento de técnicas contábeis e financeiras. O autor também relata que a doutrina cristã também se depara com mais dilemas, tal qual o de indicar alternativas de investimentos para o capital que sejam ‘admissíveis’ para as regras da igreja. Por exemplo, a questão da agiotagem ser proibida, então encontram na venda parcelada e no crédito formas de superar esse impedimento. Piketty dá outro exemplo muito interessante disso, que a primeira forma de *trust* foi criada por frades franciscanos que não queriam ser relacionados com a posse única de algumas propriedades.

O pensamento trifuncional caiu por terra com a estruturação dos Estados nacionais centralizados, por conta de acabar retirando algumas das funções que as classes clericais e nobres exerciam (havendo um Estado como provedor da segurança de bens e territórios) o que lhe permitia ter um monopólio, principalmente, o clero, pois com a consolidação das escolas a classe clerical não tinha mais a incumbência da instrução da população. Então, o que surgiu paulatinamente no seu lugar foram as sociedades de proprietários.

De acordo com Piketty um evento que foi crucial para essa transição (entre sociedade ternária e proprietarista, que começou em 1500 e terminou em 1920) foi exatamente a Revolução Francesa, a qual foi decisiva para a ascensão da classe burguesa e pela derrocada do antigo regime. Após a Revolução, foi estabelecido o que era direito de propriedade e o que seria posse do Estado (o que se considerava não poder ser apropriado privadamente). Proprietarismo para Piketty: “uma ideologia política (e econômica) que põe no centro de seu projeto a proteção absoluta do direito de propriedade privada”(Piketty, 2020, p. 121), foi desenvolvido no século XVIII.

A nobreza conseguiu se manter por muito mais tempo na estrutura posta, mesmo com números menores da sua população(em alguns casos isso ocorria pela necessidade da nobreza de manter o sangue “limpo”, assim realizando somente uniões entre os próprios familiares ou por morrerem durante as guerras), pois realiza inovações em sua constituição (principalmente na Inglaterra e na Suécia, que mantiveram suas monarquias até os períodos contemporâneos). Dentre as mudanças, por exemplo, efetuou-se uma junção da velha nobreza guerreira com as novas elites. O que o clero não conseguiu fazer, pois em alguns casos foi até substituído pela religião que era atrelada à nobreza, como foi o caso da Inglaterra durante o poder de Henrique VIII. Um exemplo, no qual a igreja se manteve por muito tempo como concentradora de propriedade foi exatamente na Espanha, pois a nobreza se manteve muito dependente da classe clerical, por conta de ter conseguido a reconquista graças à igreja.

O autor traz à tona uma realidade muito diferente da qual imaginamos quando aprendemos sobre a Revolução Francesa na escola. Piketty evidencia que a revolução teve dois momentos, aquele no qual a nobreza foi rechaçada e os ideais de igualdade estavam mais fortes do que nunca (que ocorreu mais no começo do período) e o momento no qual a assembleia decidiu por manter muitos dos privilégios, com a mudança de que a burguesia agora também teria acesso a eles.

Na primeira etapa da Revolução Francesa, a assembleia francesa (formada por burgueses conservadores) decidiu retirar da nobreza o direito de monopólio da justiça, assim sendo passado a ser responsabilidade do Estado. O mesmo foi feito com o clero, quando ocorreu a retirada do dízimo, mas em contrapartida mantiveram elementos como as corveias e banalidades, que têm muitas relações com estruturas do servilismo (isso ocorreu pois os legisladores tinham se assustado com o término da corveia sem compensação). Foi deliberado também sobre as formas de tributação, algumas propostas mais progressivas foram apresentadas, no entanto, a burguesia na assembleia controlou as decisões para manter a regressividade, e o mesmo ocorreu na aplicação da tributação. Desse modo, é legítima a tese de que uma tributação progressiva foi deixada de lado na Revolução Francesa, somente retornando à prática após as crises no século XX.

De acordo com Piketty, a abolição dos “privilégios” abriu muitas interpretações/conotações, o que se tornou um instrumento para a burguesia atuar. Para Piketty, o avanço da força napoleônico-conservadora não era inelutável, os caminhos deveriam ter sido construídos com maior uso e maior maturidade prática das políticas de redistribuição, as quais foram cerceadas por aqueles que representavam os donos de propriedades, com o pretexto de que a maior igualdade geraria abalos na estrutura da sociedade proprietarista que poderiam colapsar com o que tinham.

A narrativa usada, na verdade, foi o senso de idealização da revolução francesa, a qual defendia que o movimento conseguiu atingir a total igualdade e o fim dos privilégios, e foi justamente a criação dessa visão que promoveu pretexto para a ascensão da ideologia proprietarista, a qual relatava que conforme há a igualdade de direitos, logo, todos têm os mesmos direitos de propriedade privada e os demais direitos inalienáveis⁴, se essa estrutura fosse mantida haveria um progresso natural para esse caminho. Piketty relata que a ideologia proprietarista defende a manutenção da desigualdade, tendo em vista, que detém a tese de que

⁴ Piketty dá uma bela alfinetada nos criadores desses direitos, os iluministas, pois aqueles que escreviam sobre o direito de liberdade e da vida eram os mesmos que tinham 200 escravos em sua posse. Nesse caso o autor fala especificamente de Thomas Jefferson.

a busca pela distribuição pode gerar instabilidades políticas, que vão afetar os menos abastados (tal tese é retomada ao final do século XIX, com o neoproprietarismo).

Piketty cita que se surpreendeu com os dados, pois para os franceses o período da Belle Epoque foi um momento de muita prosperidade, mas o que é visto nos registros é que foi um cenário de brutal desigualdade. Ao falar do sistema tributário que esteve presente na França até 1914, o autor deixa escancarado que foi uma das causas da alta desigualdade daquele período, pois, além de ser regressivo, também era um sistema que beneficiava a burguesia por tributar tão pouco a propriedade (0,2%). Segundo piketty, ao falar sobre o sistema censitário, no qual somente os que tinham a participação eram os homens donos de grandes propriedades : “as regras fiscais favoreciam a acumulação em paz, permitindo ao mesmo tempo a formulação de regras políticas que garantem a continuidade do status quo”(Piketty, 2020, p. 131). Após a declaração de renda ser obrigatória, em 1909, ficou evidente que a França não era uma nação igualitária(como os “reaças” vendiam), a França não era mais um país de pequenas fortunas. Piketty apresenta que o atraso igualitário da França ocorreu por conta de um nacionalismo intelectual (positivismo) e uma autossatisfação histórica.

Após citar o proprietarismo na França, Piketty segue trazendo o caso da Inglaterra. No qual, se consolidou como um cenário de uma ruptura gerada pela discordância em relação à distribuição das propriedades, entre igreja e monarquia. Na Inglaterra, a coroa tomou posse dos monastérios e usou deles para obter recursos financeiros (um grande fator junto com os cercamentos para “catapultar” a Revolução Industrial), de acordo com o autor esse arranjo resultou em um avanço original e exacerbado do proprietarismo na Inglaterra. Piketty cita algo muito interessante sobre os gentry (nobres não titulados da Inglaterra), os quais usam de diferenciados investimentos, que dificulta o registro de suas riquezas, além de se consolidarem como investidores, mas eles são uma alegoria clara como a sociedade proprietária atua de forma muito sutil e complexa, nos processos de apropriação e reconhecimento social. (exatamente para esconder a sua acumulação e exploração, além de deixar de lado o essencial da ideologia proprietarista e do capitalismo nascente). Na Inglaterra, somente os nobres tinham poder de veto, pois era difundido que somente eles estariam preocupados com o desenvolvimento harmonioso e pacífico, por serem pessoas responsáveis e preocupadas com o futuro, portanto o autor deixa latente o ótimo exemplo de como a ideologia e estrutura inglesas eram cínicas e perniciosas. Ao final desse bloco é tratado sobre o caso da Irlanda, que sofreu pesadamente o despotismo da coroa inglesa, como serem obrigados a pagar o dízimo para a Igreja Anglicana, sendo que eram de maioria

católica; por não terem nenhum acesso a casa dos comuns, e serem forçados a se unificarem à Inglaterra. Além dessas questões e do retrospecto histórico de cooptação, houve a grande fome Irlandesa, entre 1845 e 1848, em que morreram aproximadamente 1 milhão de pessoas e 1,5 milhão tiveram que emigrar. Em concomitante a esse desastre, a elite inglesa estava a par disso e nada fez (engraçado, que sempre falam das mortes de Stalin e do comunismo, mas nunca mencionam esse caso). De acordo com Piketty: “Provas não faltam de que as elites britânicas estavam cientes dos acontecimentos e se negaram a tomar medidas necessárias para evitar a tragédia”(Piketty, 2020, p. 175). Piketty aponta a questão irlandesa como um dos fatores para a queda da Assembleia dos Lordes.

De acordo com o autor, o maior desafio das sociedades proprietárias foi exatamente como lidar com a tamanha desigualdade, pois era de escala tão grande que não tinha como ser apresentada como se estivesse em patamares normais para a estabilidade social ou que nesse mesmo sistema todos ainda conseguiriam alcançar a prosperidade via defesa da propriedade. Segundo Piketty esse foi um dos fatores da ascensão do movimento comunista e dos sociais-democratas

Após isso, Piketty pontua sobre os regimes escravocratas europeus ao redor do mundo, que ele considera como o extremo das sociedades proprietaristas, pois trouxe à tona as contradições ideológicas desse regime de proprietários (que para garantir a posse sobre outras pessoas colocou a escravidão no quadro jurídico). Quadro esse que era o mesmo que defendia o acesso igualitário de direitos, mas também foi aquele que temia a queda da lógica dos proprietários, caso a abolição da escravidão não ‘reparasse’ os donos de escravos. Nesse bloco é apresentado os casos de algumas regiões, como das ilhas do Caribe, mas também os processos de abolição, desde os EUA que precisou de uma guerra civil, até os casos do Brasil, da Inglaterra e da França (que envolveu uma revolta de escravos no Haiti, e mesmo assim o país ainda teve que pagar quase 5% da renda nacional para a França deixar de ameaçar invadir suas fronteiras).

Ao relatar sobre as experiências coloniais, um bloco muito interessante, foi exatamente no qual tratou sobre o caso da Índia (entre outros). Por conta da sua peculiaridade de ter um regime extremamente desigualitário, estruturado antes mesmo da colonização britânica, em função do sistema de castas, que se mantém até os períodos contemporâneos. No entanto, Piketty se aprofunda tanto na sua apresentação que é possível aprender muito sobre esse sistema, principalmente, pelo que sabemos dele é um básico que os colonos Ingleses interpretaram do livro sagrado Hindu (Manusmriti).

A Índia foi desde os primórdios um caso muito específico, pois sua estrutura estatal esteve por muito tempo descentralizada, tendo em vista uma vasta população, mas também em relação ao número de povos que conviviam no continente indiano, mas seu controle se manteve na grande maioria dos casos, por conta de se manterem alinhados com as elites locais. A maior questão era exatamente a disputa entre os hindus e os muçulmanos (que chegaram no continente da Índia graças à expansão dos turco-mongóis). Piketty traz uma informação muito importante em relação à essa rivalidade, apontando que os hindus tinham desprezo pelos muçulmanos ao perceberem que muitos daqueles que estavam nas castas baixas se convertiam ao islã, para se libertarem do sistema de castas (quem era de castas mais baixas tinha até sua presença vedada em alguns locais, como nos templos).

De acordo com Piketty, a Índia também teve uma estrutura trifuncional, que é mais antiga do que a europeia, pois a divisão já era retratada no livro sagrado do hinduísmo, o Manusmriti, escrito no século II antes da era comum, que separa a população em quatro “varnas” (brâmanes, xátrias, vaixás e os sudras e havia também outro gênero de casta, denominada de jatis, que relacionava o ofício com a região que se vivia). De acordo com pesquisas dos ingleses, haviam mais de 19.000 tipos de castas, que são classes sociais com elementos funcionais. Todavia, cabe esclarecer que as varnas não são castas, pois se tratam de como os escritores pretendiam que a sociedade se organizasse da “melhor forma” (normativamente). A questão é que o texto base foi escrito pelos brâmanes, assim dando-lhes o comando dessa estrutura, do sistema político, com o pretexto de estarem estabelecendo a harmonia. Desse modo, para Piketty, tratava-se na verdade de um instrumento de dominação social e política, dado que, posteriormente, seriam os brâmanes os concentradores do setor de educação, de cargos científicos e de propriedades rurais.

A diferença das sociedades ternárias europeias em relação ao que havia na Índia, era que a estrutura dos brâmanes foi mais sofisticada nos meios de controle, pois pautava que nas outras reencarnações os indivíduos seriam de castas mais elevadas, assim estimulando que não ocorresse uma competição social exacerbada pois poderia deteriorar a estabilidade para as condições daqueles que reencarnaram. Nessa hierarquia, qualquer forasteiro pertence somente a casta dos sudras (a mais baixa), por não ter realizado os procedimentos cerimoniais de serem civilizados pelos brâmanes (cita que o primeiro Buda veio de uma família de xátrias

e optou por um estilo de vida mais meditativo exatamente para questionar a “ordem” brâmane)⁵.

O autor relata que a desigualdade relacionada com o sistema de castas foi sendo amenizada com o avanço da centralização do Estado. Os brâmanes eram realmente uma classe social distinta, pois tinham suas próprias famílias, suas posses e as transmissões delas para seus herdeiros, o que não acontecia na experiência cristã, com um nível de precisão tão rigoroso. Em princípio os colonos europeus se alinharam aos hindus, num primeiro momento a colonização era muito violenta com a chegada da Companhia das Índias Orientais, porém após denúncias dos próprios ingleses, a Inglaterra mudou de estratégia e mandou indivíduos letrados para entenderem a região, assim criando o pretexto de ser a missão civilizatória, que gerou rupturas na identidade da população indiana.

De acordo com Piketty, os colonos britânicos aumentaram mais ainda o enrijecimento das castas, pois ficava mais fácil de saber quais eram as elites e quais os estratos que eram designados para trabalhos forçados (o que conhecemos por castas é o que os ingleses definiram). A interferência inglesa era tamanha que até a votação censitária era separada entre hindus e muçulmanos (que corroborou para a piora da cisão, que desembocou na formação do Paquistão). Piketty também relata sobre a Índia pós período colonial, no qual houve avanços sobre o debate de maior igualdade, com reforma agrária, democracia parlamentar e sistema de cotas para o regime de castas. No entanto, as questões ainda persistem (cita levantes que ocorreram por aqueles que são de castas baixas) como os déficits gigantescos encontrados no país em relação à infraestrutura social básica.

Após falar das experiências dos países colonizados e das economias euro-asiáticas, o texto parte para falar sobre a crise do proprietarismo. O fator principal que ocasionou o grande abalo do proprietarismo na Europa foi exatamente a primeira Guerra mundial, pois conforme a crise gerada pela guerra é escancarada a necessidade de ajudar os mais necessitados, também cresce o questionamento de sacralizar a propriedade a qualquer custo. E é exatamente nesse contexto que surgem as propostas de tributações mais progressivas e na expansão de ideologias e questionamentos que defendem as funções sociais do sistema de propriedade (por exemplo, as várias expropriações para amenizar os danos da guerra ou para uso do desenvolvimento da nação).

⁵ Piketty relata sobre Ghandi e sua relação com a estrutura desigualitária, o qual defendia a diminuição da desigualdade, mas ao mesmo tempo defendia a importância dos brâmanes, e era contra os seus críticos por não serem letrados.

Outro fator importante para essa mudança foi a quebra da Bolsa de Nova Iorque, EM 1929, a qual serviu como um grande abalo da confiança de como as elites estavam gerindo o rumo das economias, levando-as para uma profunda crise, de abrangência mundial, . Tal processo foi ainda mais forte na França, quando se percebeu que algumas parcelas da elite cooperaram com o partido nazista enquanto invadiam o país, cita o exemplo da Renault, que teve grande parte da sua produção estatizada(sendo um tipo de estatização) como penalidade por ajudar os nazistas.

Ao decorrer desse bloco, Piketty mostra muitos dados que elucidam a grande queda de concentração durante a guerra, mas também mostra a retomada desses montantes após 1980, principalmente pelos EUA, como o dado de que entre 2000-2020, nos EUA, cerca de 45% a 50% da renda total era concentrada pelo 10% mais rico e 20% da renda, acumulada no 1% mais rico. De acordo com o autor esses valores são resultantes das vultosas remunerações dos executivos e dirigentes de empresas, o interessante é que tais dados podem ainda ser enganosos, pois de acordo com o texto, as informações no século XXI são menos precisas do que no período da Belle Epoque, por conta de haver um grande fluxo de capitais estrangeiros, além dos vários paraísos fiscais. Como consequência, a propriedade física, como nos padrões antigos, não é mais a única fonte de riqueza como nos outros períodos citados. Para Piketty, mesmo com as atitudes mais progressivas faltou efetuar mais ações, como instituir instituições fiscais sólidas que evitassem que o sistema democrático fosse cooptado pelos interesses do setor financeiro, o exemplo disso o autor relata que mesmo que não exista mais o sistema de voto censitário(conforme a posse dos eleitores) os candidatos que geralmente se destacam como os mais fortes são exatamente aqueles que são financiados pelos grandes conglomerados do mercado.

Logo após Piketty relatar as experiências relacionadas às sociedades social-democratas, que resumindo, são resultantes dos períodos de crise e que buscaram maiores níveis de igualdade e de bem-estar, no entanto, aparentam ter chegado a um limite no qual não conseguem mais se manter no mesmo objetivo inicial. Na realidade, o que vem sendo observado é que tais economias aparentam estar atraindo cada vez mais classes sociais extremamente favorecidas, e Piketty cita a Suécia como um exemplo.

No próximo bloco, Piketty se debruça sobre a desigualdade no regime da União Soviética e como ela se alterou com o pós-comunismo, que é mais espantoso que o próprio czarismo. É apontado que os governos socialistas foram o maior questionamento para a lógica proprietarista, por se basear na tese de renunciar a propriedade privada e colocar em seu lugar a propriedade estatal absoluta. Piketty faz certas provocações em relação ao que foi

o regime socialista, como ao relatar que quando os bolcheviques tomam o poder “seus planos de ação estão longe de ser tão ‘científicos’ quanto alegam”.

Assim, o autor apresenta que ao invés do regime dar respostas claras (ou estabelecer organizações alternativas ao que estava posto) sobre como seria organizada as relações que antes envolviam a propriedade, é optado por realizar uma hiperpersonalização do poder. Desse modo, ao invés de haver o debate para a consolidação de novos caminhos e possibilidades, foi feito o processo de encontrar traidores ou bodes expiatórios, tendo como resultado uma sociedade que tinha cotidianamente encarceramentos e expurgos sem cessar. ou seja, o forte debate sobre a distribuição e a luta por igualdade, restringiu-se à propriedade, não se estendendo à estrutura de poder, a qual se manteve fortemente concentrada e em disputa acirrada.

É relatado que Lenin ainda tinha planos de aplicar uma Nova Política Econômica, que teria ainda propriedade, mas de forma regulada. No entanto, quando Stálin assume isso é colocado de lado e qualquer forma de propriedade é criminalizada (com a lógica de que se permitisse a pequena propriedade poderia abrir espaço para as maiores), assim havia a agricultura coletivizada e as propriedades do Estado. Desse modo, qualquer um que tentasse ter um trabalho independente do regime era considerado criminoso (a partir de 1920), assim não eram somente militares e clérigos do czar que eram presos, mas também trabalhadores e pequenos donos de negócios que tentavam contratar.

O regime gastou muito tempo deliberando sobre essas regras, em 1953, mais de 5% da população adulta estava na prisão, sendo mais da metade pelo motivo de “roubo de propriedade socialista”, sendo o ladrão era tomado como inimigo do povo (uma sociedade de ladrões - o que para Piketty traduz o fracasso do regime que se dizia libertador). Conforme apresentado no texto, o regime socialista perdurou por tanto tempo, mesmo tendo esses problemas, em função de alguns fatores, como a questão de o regime ter uma alta capacidade de reprimir os que estavam contra; pelo sistema czarista ser tão ruim que a memória dele gerava apego ao diferente; mas também foram os vastos investimentos públicos que trouxeram um dinamismo que o povo russo ainda não tinha visto, o qual possibilitou um processo de modernização e a expansão da alfabetização.

Havia projeções de economistas nos anos 1970 de que o PIB soviético poderia superar o PIB estadunidense. Não obstante, ao decorrer da década de 1970, a URSS passou por estagnações que minaram essa projeção (provavelmente por conta das dívidas da Alemanha Oriental e outros fatores internacionais). Em relação aos níveis de desigualdade, é mostrado por meio de dados que realmente a Rússia, durante a União Soviética, conseguiu

reduzir consideravelmente a concentração de renda e de recursos, no entanto, a desigualdade foi perpetuada, mas com uma sofisticação, não era monetária e sim por meio da concessão de vantagens e acessos a bens para poucos indivíduos (num contexto em que a maioria era obrigada a permanecer no ambiente rural, pela prática do encarceramento em massa).

De acordo com Piketty, o comunismo soviético ficou preso no pensamento industrialista e produtivista e por não respeitar as diferenças legítimas e múltiplas dos indivíduos. A questão é que o pós-regime, que é mostrado no texto, se apresenta como algo bem pior do que o próprio regime, pois Putin (foi contra Gorbachev, pois considerava que se abandonasse a saga pelo igualitarismo e socialismo a Rússia poderia voltar a ser grande) junto com os órgãos de segurança realizam um total tratamento de choque na economia, privatizando quase por completo a estrutura estatal. Com isso, *vouchers* de ações das empresas estatais foram distribuídos para a população, a qual estava à beira da fome, que acabou vendendo ‘a preço de banana’ a estrutura produtiva do país para alguns oligarcas. Desse modo, Piketty deixa claro como a Rússia se tornou um exemplo claro do hipercapitalismo e de uma cleptocracia comandada por oligarcas que têm suas riquezas alocadas em paraísos fiscais, para as quais o sistema jurídico russo faz vista grossa.

Piketty aponta outro exemplo claro desse hipercapitalismo sendo o Oriente Médio e suas várias pequenas regiões, com pequenas populações, mas detentora de grandes montantes financeiros, em razão das reservas de petróleo que abrigam. De acordo com o texto essa divisão territorial foi resultado da colonização, a qual, ao invés de fazer o mesmo que realizou na África, os colonos fizeram a divisão com o intuito de proteger as monarquias petrolíferas. Portanto, tal proteção dessas monarquias gerou um cenário de economias com populações ínfimas que detém altos recursos, os quais eram petrolíferos e se tornaram financeiros, isso em função da integração de capitais internacionais sem precedentes, com a segurança de ser protegido por um sistema jurídico internacional.

Ao relatar sobre a metodologia em relação à obtenção de dados sobre concentração, Piketty relata como os dados oferecidos pelos Estados são em grande parte subestimados e baseados em autodeclaração, o que pode gerar muitas distorções que não traduzem a realidade, e isso é ainda mais preocupante quando constatado que o sistema tributário e jurídico internacional ainda deterioram ainda mais a obtenção de dados legítimos.

Também é mencionado sobre a questão climática e sua relação com a desigualdade, as quais, segundo o autor, estão intimamente ligadas. Tal relação fica mais latente quando são apresentados os dados, como o de que os EUA são responsáveis por 57% das emissões, que são maiores que 9,1 vezes a média mundial, que segundo o texto é resultante dos altos níveis

de desigualdade encontrados no país e do padrão de vida da sua população estar constantemente dependente do uso intensivo de energia. O Piketty traz questionamentos fortes em relação à taxaço proporcional de carbono, pois além de ser injusto com os países pobres, ainda tem pouca contribuição para a transição ecológica e para compensar as famílias menos abastadas, que são as principais impactadas. Cita ainda o movimento dos coletes amarelos na França como um sinal forte desse aspecto ecofacista da taxaço de carbono, enquanto o querosene tem isenção de impostos.

Ao final do livro Piketty aprofunda mais sobre as contradições das estruturas desigualitárias do contexto histórico do século XXI, como o caso da China, o neoproprietarismo, nativismo e o social-nativismo, meritocracia, liberalização comercial, a sacralização dos bilionários e as várias questões relacionadas com a democracia e com os ciclos eleitorais. Em vista disso, o autor faz sua conclusão e suas propostas de intervenção, na qual faz o uso do seu conceito do “socialismo participativo”, ou seja, a construção de economias que tenham sistemas tributários realmente progressivos. Também no aspecto ambiental, aponta a necessidade de consolidar um sistema jurídico internacional que paute um controle dos fluxos de capitais que detenha as grandes evasões e elisões fiscais, além da importância de introduzir o conceito de propriedades sociais temporárias. e mais, menciona ainda a importância de retomar na ciência econômica seus aspectos históricos e políticos, para que cumpra sua função social e civilizatória que nunca deveria ter perdido.

Capital e ideologia é a obra mais enriquecedora que entrei em contato até o momento da escrita desse texto, consegue abranger diferentes momentos históricos e contextos geográficos que poucos fizeram (sem cometer etnocentrismo). Além disso, consegue evidenciar com maestria as estruturas de desigualdade, o que vai muito além de mostrar as teorias (que são importante), assim evidenciando os aspectos políticos, sociais, econômicos e ideológicos que foram construídos para cooptar aqueles que são usados para a produção do excedente.

Mesmo tendo tudo isso e muito mais, Piketty consegue retratar tudo isso de modo claro e sem os jargões do economês (é claro que há muitos conceitos: sociedades ternárias, trifuncionais, proprietarismo, plutocracia, cleptocracia, socialismo participativo, nativismo, progressividade e etc.). Portanto, Capital e Ideologia é um livro central para aqueles que estudam economia e estão preocupados com as questões que vão muito além de estabelecer prognósticos e de como o mercado financeiro opera, pois Piketty entrega reflexões e provocações que emergem repetidamente na conjuntura socioeconômica, por muito tempo,

principalmente, se aqueles que estão em cargos de decisão nem tiverem entrado em contato com os questionamentos desse autor.

Referência do livro:

PIKETTY. Thomas. Capital e ideologia. trad. Maria de Fátima Oliva do Coutto, Dorothée de Bruchard. 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 1056p.